

O movimento estudantil universitário em Curitiba: representações do jornal *Diário do Paraná* (1968)

Resumo: Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), os movimentos estudantis, organizados principalmente em torno da União Nacional do Estudantes (UNE), tiveram um papel importante na luta pela democracia e pelas liberdades individuais. Nesse sentido é que esse artigo quer investigar como um periódico regional, *Diário do Paraná*, veiculou notícias a respeito das mobilizações (passeatas, eventos, reuniões) empreendidas pelo movimento estudantil paranaense no ano de 1968, que antecedeu o AI-5, a medida mais repressora do governo militar no Brasil.

Palavras-chave: regime militar; ditadura militar brasileira; *Diário do Paraná*; movimento estudantil.

El movimiento estudiantil universitario en Curitiba: representaciones del periódico *Diário do Paraná* (1968)

Resumen: Durante el régimen militar brasileño (1964-1985), los movimientos estudiantiles, organizados principalmente en torno a la União Nacional do Estudantes (UNE), desempeñaron un papel importante en la lucha por la democracia y las libertades individuales. Es en ese sentido que este artículo quiere investigar cómo un periódico regional, *Diário do Paraná*, difundió noticias sobre las movilizaciones (manifestaciones, eventos, reuniones) realizadas por el movimiento estudiantil de Paraná en 1968, que precedió al AI-5, la medida más represora del gobierno militar en Brasil.

Palabras-clave: régimen militar; dictadura militar brasileña; *Diário do Paraná*; movimiento estudiantil.

The University Student Movement in Curitiba: Representations of the *Diário do Paraná* Journal (1968)

Abstract: During the Brazilian military regime (1964-1985), Brazilian student movements, organized mainly around the União Nacional do Estudantes (UNE), played an essential role in the fight for democracy and individual freedoms. It is in this sense that this article wants to investigate how a regional journal, *Diário do Paraná*, conveyed news about the mobilizations (demonstrations, events, meetings) undertaken by the Paraná student movement in 1968, which preceded the AI-5, the most repression of the military government in Brazil.

Keywords: military regime, Brazilian military dictatorship, *Diário do Paraná*, student movement.

Cómo citar este artículo: Maria Cecília Barreto Amorim Pilla e Isabela Pedotti Rodrigues, "O movimento estudantil universitário em Curitiba: representações do jornal *Diário do Paraná* [1968]", *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 24 [2024]: 98-123.

DOI: 10.17533/udea.trahs.n24a06

Fecha de recepción: 18 de agosto de 2023

Fecha de aprobación: 4 de diciembre de 2023

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla: Doctora en Historia por la Universidad Federal de Paraná. Profesora Adjunta III de la Pontificia Universidad Católica de Paraná, en donde también es coordinadora del Programa de Posgrado en Derechos Humanos y Políticas Públicas.

Correo electrónico: ceciliapilla@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

Isabela Pedotti Rodrigues: Estudiante de Licenciatura en Historia por la Pontificia Universidad Católica de Paraná. **Correo electrónico:** isabelapedottir@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-0659-5563>

O movimento estudantil universitário em Curitiba: representações do jornal *Diário do Paraná* (1968)

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla
Isabela Pedotti Rodrigues

Introdução

O movimento estudantil curitibano atuava, até a crise acirrada com o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em 1968, de forma mais comedida, e teve suas ações influenciadas e cercadas pela construção conservadora da política paranaense ao longo da década de 1960. Interessante observar como a mídia impressa periódica de média circulação, no caso desta pesquisa, o jornal *Diário do Paraná* utilizou da sua função comunicadora e informativa para representar os estudantes e a organização estudantil em Curitiba em meio a esse contexto de Ditadura Militar (1964–1985), e como essa representação também buscava a colocação da política estadual no enredo nacional. Essa análise baseou-se no princípio da intencionalidade da informação e da posição de poder do veículo comunicador, como coloca Sodré:

A finalidade aparente da informação é ordenar (ou reordenar) a experiência social do cidadão, promovendo o seu convívio com setores contingentes. A informação tem, assim, uma função política – no sentido de constituição ou formação da *Polis*. Por esta razão, um produto da cultura de massa não pode ser analisado em termos puramente estéticos ou poéticos, mas também em função às intenções do sistema comunicador – definidas pela Publicidade, pelas ideologias predominantes, pelos interesses das empresas de comunicação etc. Essa intencionalidade condiciona, mais do que da cultura elevada, as relações entre o produtor da obra e o consumidor, gerando uma mensagem bastante específica.¹

Eduardo Chammas, estando de acordo com esse princípio, também reforça a dualidade da imprensa quanto a sua própria representação e orientação:

1. Muniz Sodré, *A Comunicação do Grotesco: Um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1988) 19.

A ideia de imparcialidade dos jornais e o entendimento da imprensa como expressão da opinião pública são mecanismos importantes que operam na construção ideológica dos jornais: eles reafirmam a todo momento sua imparcialidade e o fato de serem porta-vozes dos interesses do povo (ou de falarem em nome da opinião pública). Na lógica do seu discurso, isso lhes confere legitimidade. Não falam por si ou por seus interesses específicos, mas pelo conjunto da sociedade, que só pode se expressar através de suas instituições representativas – e a imprensa seria uma das mais importantes.²

Diante dessa premissa questionamos: em qual medida a mídia é apenas reproduzidora das representações sociais já estabelecidas entre a população da época, ou é, na verdade, formuladora destas representações? Destacando que o conceito de representações sociais aqui é o de Serge Moscovici³ e Roger Chartier.⁴ Moscovici parte de uma análise psicossocial na qual a representação social é a “corporificação das ideias”, assumindo que “toda imagem tem uma ideia e toda ideia uma imagem”, sendo toda informação influenciada por observações, percepções e reações que determinam a compreensão coletiva dela. Por assumir que as representações sociais são mutáveis e flexíveis, Moscovici coloca também os meios de comunicação de massa como agentes nas reformulações das representações da coletividade, vide:

Os meios de comunicação de massa aceleram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. Em outras palavras, existe uma necessidade contínua de re-constituir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade consegue operar.⁵

Importante para a análise das fontes é o conceito de objetivação de Moscovici, qual é “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”, sendo a classificação, a nomenclatura, algo importante neste processo por “facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões”.⁶ Utilizando disso, as representações feitas pelo *Jornal Diário do Paraná* foram analisadas a partir de sua objetivação.

Assim, Chartier também descreve a dupla pertinência da representação: ora pelo sujeito, para ser reconhecido coletivamente, assumir uma identidade, vincular-se a um signo; e ora pelos dominantes, no sentido de criar uma representação coletiva que mantenha a hierarquia e a submissão. Dessa forma, o autor coloca que

2. Eduardo Chammas, “*A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: os editoriais do jornal do Brasil e do correio da manhã*” (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2012) 15.
3. Serge Moscovici, *Representações Sociais: Investigações em psicologia social* (Petrópolis: Vozes, 2003) 46.
4. Roger Chartier, “O Mundo como Representação”, *Estudos Avançados* 11.5 (1991).
5. Moscovici 48.
6. Moscovici 70-71.

as representações podem ser compreendidas de formas distintas por cada grupo social, assim como cada identidade coletiva pode buscar diferentes formas de reconhecimento no meio social:

Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.⁷

Para Barros os jornais são “poderosos instrumentos que são utilizados por forças diversas para agir sobre a história”.⁸ Para o autor, quando tomamos os periódicos como fontes históricas, é preciso inicialmente fazer uma análise crítica sobre seus escritos, nesse sentido, não há nada de novo em relação a outras fontes. Por outro lado, consideramos que, em grande medida, tais como as fontes oficiais (documentos oriundos de governos, instituições, arquivos judiciais), os jornais são capazes de trazerem a sensação de “meias-verdades”, ou até mesmo, verdades “inteiras”. O escrito, consolidado e legitimado por uma certa notoriedade, tem o poder de construir uma aura de autoridade e permissão para ser veículo da verdade, ou de verdades. Mas, assim como informam, podem ocultar, silenciar, deformar os fatos. A construção da notícia, não é imune e imparcial, ela parte de um contexto, que Barros chama de “circuito de produção”, em que se triangula os elementos – produção, mensagem e recepção. O papel do (a) historiador (a) então é dissecar o texto, criticar e decifrar as intenções, opiniões e relatos sobre o que se deseja analisar.⁹

Feitas estas considerações, é preciso, conforme Krilow¹⁰ analisar a fonte/jornal desde sua organização, com o devido zelo a sua tipificação, que requer uma metodologia de análise cautelosa, buscando evitar reducionismos dualistas e enfrentando uma certa precipitação no uso da imprensa como objeto de pesquisa para a historiografia brasileira. Atentando-se que o recorte temporal desta pesquisa, 12 meses que antecederam a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1967 a dezembro de 1968, acentuou o uso da censura como instrumento regulador da sociedade civil, a imprensa passou a ser utilizada como ferramenta de manutenção da ordem moral, ao mesmo passo que sofreu a censura do Estado

7. Chartier 183.

8. José D’Assunção Barros, *O jornal como fonte histórica* (Rio de Janeiro: Vozes, 2023).

9. Barros 50.

10. Leticia Krilow, “Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960”, *Oficina do Historiador* 01 (2019): 2.

regulador, fenômeno que, segundo Huerta,¹¹ fez surgir a “autocensura ou censura preventiva”, na qual o próprio editorial do periódico evitava vincular textos que poderiam ser interpretados de forma ameaçadora pelo regime. Esse cotidiano da época, de censuras e vigilância, moldou-se como “um instrumento político legítimo perante setores da sociedade civil, um endosso do Estado àquilo que era considerado pertinente aos valores da família cristã”.¹²

Importante informar que o Diário do Paraná surgiu como apêndice do conglomerado de mídias que fazia parte dos Diários Associados, fundado pelo empresário Assis Chateaubriand em 1924, após a compra de dois grandes jornais do Rio de Janeiro (*O Jornal*) e São Paulo (*Diário da Noite*). O Diários Associados cresceu exponencialmente, tendo inclusive inaugurado a *TV Tupi* de São Paulo em 1950. O motivo da escolha desse jornal como fonte histórica para esse artigo se deu, justamente, por sua relação direta com um grande conglomerado de mídias impressas em nível nacional. Pois, consideramos que as notícias por ele veiculadas, além de trazer considerações sobre o movimento estudantil paranaense, foi influenciado pelas opiniões reinantes oriundas de outros jornais que faziam parte do grupo dos Diários Associados, que assim como outros veículos da grande imprensa brasileira, apoiaram o golpe civil-militar e a ditadura militar brasileira.

A fundação do jornal *Diário do Paraná* ocorreu em 1955, a partir da sociedade entre Assis Chateaubriand e a família paranaense Stresser, que já exercia influência no meio jornalístico e político em Curitiba. Com publicações diárias, o periódico tratava de temas nacionais e internacionais, econômicos, sociais e culturais no geral. Constituído por dois cadernos por edição, o editorial mesclava notícias descritivas, publicidade e colunas de opinião. Os únicos textos de autoria declarada eram os de opinião.

A partir destas considerações é que se busca entender como se deu as ações dos movimentos estudantis no Paraná, especialmente o papel assumido pela União Paranaense dos Estudantes, doravante identificada nesse artigo por sua sigla UPE, neste cenário, sob a lente do periódico *Diário do Paraná*. Especialmente, como o jornal noticiou as ações da UPE ao longo do ano de 1968, nos doze meses aqui analisados, que antecederam ao AI-5.

1. A politização da UNE e a ditadura militar pré Ato Institucional n.º 5

A história da União Nacional dos Estudantes do Brasil, doravante identificada nesse artigo por sua sigla UNE se insere em um contexto de luta, primeiro local e regional, tornando-se paulatinamente nacional, no que diz respeito às reivindicações sociais, econômicas, culturais e políticas dos estudantes brasileiros. Portanto, conhe-

11. José Huerta, “Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia”, *História da Educação* 54 (2018): 58.

12. Adriana Setemy, “Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar”, *Topoi* 19.37 (2018): 175.

cer o passado histórico da UNE contribui para o entendimento do movimento estudantil e sua inserção no processo histórico contemporâneo conturbado do país.

Interessante pontuar que o movimento estudantil no Brasil surgiu no início do século XX, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, porém essa organização não teve vida longa. Ela já não existia em 1910, quando foi realizado o I Congresso Nacional dos Estudantes em São Paulo. Mas foi somente em meio a efervescência da Revolução de 1930 é que a UNE foi gestada nos anos 1930, junto à Casa do Estudante do Brasil (CEB). Esta precisava de um órgão que a representasse formalmente. A UNE surgiu primeiro como um Conselho Nacional de Estudantes (CNE) em 1932, mas somente em 1937, no Rio de Janeiro, é que os estudantes que integravam este conselho batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes (UNE).¹³

Os anos 1930 foram evidenciados pela chegada de Getúlio Vargas ao poder por meio de uma “revolução”. Entre 1930 e 1945, numa época conhecida por Era Vargas,¹⁴ o Brasil passou por uma série de momentos políticos marcados pela ascensão e queda de Vargas. O ápice do poder deste presidente se deu em 1937, quando ele se tornou ditador e inaugurou o período denominado Estado Novo que findou com sua renúncia à Presidência da República em 1945.

Portanto, a UNE foi criada num contexto conturbado não só nacionalmente, por conta da ditadura de Vargas, mas também num contexto mundialmente conflituoso, que levou em 1939 ao início da Segunda Guerra Mundial. E nesse cenário, a UNE foi uma força contra a extrema direita, contra o fascismo e contra o governo ditatorial brasileiro. As orientações fascistas que circulavam no país, viam a educa-

13. A história do Brasil Republicano tem sido marcada não só por uma série de incidentes, por muitos estudiosos considerados estes incidentes como golpes políticos, mas também por graves crises econômicas e sociais. A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, por exemplo, sem o menor apoio popular, mas apoiada por parte de uma população insatisfeita com o regime monárquico vigente, inaugurou esse período conturbado em que se tem vivido no país. Em 1930, uma “revolução” finalizou a primeira república, ou conhecida como República Velha (1889-1930) e levou ao poder Getúlio Vargas. Durante a chamada Era Vargas (1930-1945) o Brasil assistiu a tempos atravessados por um Governo Provisório (1930-1934), por um movimento liderado por São Paulo que exigia uma nova Constituição para o país (Revolução Constitucionalista de 1932), por um Governo Constitucional (1934-1937) e, finalmente por mais um “golpe”, que foi a instauração do Estado Novo (1937-1945), que restringiu liberdades e cassou garantias constitucionais em nome da manutenção da ordem com os poderes concentrados na mão do agora ditador Getúlio Vargas. Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, Vargas sai do poder e a democracia é restaurada, mesmo que fragilizada e constantemente ameaçada. Tanto é assim que em 1964, as forças militares em conjunto com uma massa de civis insatisfeitos tenham conseguido novamente, por meio de mais um golpe, instaurar um novo regime de força no país, a Ditadura Militar (1964-1985). Desde 1985 com o restabelecimento da democracia, especialmente depois da Carta Constitucional de 1988, o país experiencia um cotidiano democrático, mas não livre das frequentes ameaças às liberdades, igualdades, e outras garantias constitucionais.

14. A Era Vargas se dá entre 1930 e 1945, e é assim dividida: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

ção um meio de controle autoritário e nacionalista que contribuiria para o desenvolvimento de uma nação de acordo com os parâmetros de uma extrema direita.

Foi também nesse período que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que deveria cuidar e proporcionar uma escola forjada a partir da educação moral e cívica que inspiraria o futuro da nação brasileira, alimentada por uma ideologia autoritária e nacionalista, que combatia o comunismo e o capital estrangeiro. Sob essas balizas é que foi criado um Plano Nacional de Educação que reformou o ensino secundário e investiu no ensino superior.

Desde a sua criação em 1937 a União Nacional dos Estudante foi se transformando em representação máxima dos movimentos estudantis no Brasil, e sua atuação se tornou especialmente importante social e politicamente, sendo seus dirigentes, e outros estudantes ativistas, perseguidos, censurados, e a UNE como instituição, deslegitimada durante todo o período da ditadura militar brasileira (1964-1985).¹⁵

Foi principalmente na década de 1960 que a UNE passou a ser vista ativamente como movimento social e não apenas acadêmico, levantando o alerta das elites políticas e econômicas por, segundo Sanfelice¹⁶ “colocar-se como resistência às articulações e aos encaminhamentos políticos que as classes dominantes queriam impor às demais classes”. Esse posicionamento foi determinante para a entidade sofrer com a censura e a ilegalidade já nos primeiros momentos do golpe de 1964.

A educação brasileira não recebeu grandes novidades por meio da Constituição Federal de 1946. O texto excessivamente liberal, pautou-se por uma descentralização dos encargos educacionais da esfera federal, tornando-se essencialmente responsabilidade dos estados da federação.

Entre os anos de 1956 e 1960 houve um período de crescente politização nas diretrizes da UNE, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, Sanfelice coloca que a liderança ocorreu:

15. A ditadura militar foi instaurada no Brasil em 31 de março de 1964 graças a “várias organizações e movimentos originários da sociedade civil, de natureza conservadora e/ou de extrema direita” que atuaram ativamente contra o governo do então presidente João Goulart, diz a historiadora Heloisa Starling (Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em 18/11/2023). Em 11 de abril do mesmo ano, o Congresso Nacional se reuniu para escolher o novo Presidente da República numa lista em que figurava apenas um nome, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). A ele se seguiram outros militares, Costa e Silva (1967-1969), Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Deu-se início a um período marcado pelo autoritarismo, caça às liberdades individuais, repressão às classes trabalhadoras, e as mais diversas violações aos direitos humanos. Todo esse verdadeiro sistema repressivo era balizado pelos chamados Atos Institucionais, que visava, sobretudo, a manutenção dos militares no poder. Foram 17 atos no todo, sendo que o de número 5, objeto do artigo em tela, foi o mais violento e radical.

16. José Luís Sanfelice, *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64* (São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1986) 16.

através da mobilização dos estudantes contra, por exemplo, o aumento dos preços e na defesa de alguns princípios de uma plataforma de orientação nacionalista que incluía um posicionamento adverso às empresas estrangeiras e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos.¹⁷

Parte dessa politização deveu-se à organização das lideranças da entidade que estavam envolvidas nas pautas políticas, estas lideranças ora convergiam e ora divergiam entre si. Sônia Seganfredo¹⁸ escreveu um livro sobre a UNE em 1963, quando era ainda recém-formada em Filosofia, e nele reuniu alguns aspectos interessantes que contribuem para ilustrar como esta organização estudantil era vista e representada no período pré Golpe de 1964. A autora diz que a UNE começou a se definir politicamente somente a partir de 1949 pois:

com o fechamento do Partido Comunista, em 1947, uma de suas células se formava na entidade estudantil. A preparação ideológica, feita habilmente durante os anos de 1947 e 1948, apresentou seus primeiros frutos em 1949, ano em que a UNE foi interdita duas vezes, devido aos sérios tumultos por ela praticados, agitando a vida da cidade.¹⁹

Contrário à Seganfredo, Arthur Poerner²⁰ apontou a presença de um período de lideranças direitistas na UNE entre 1950 e 1956, caracterizado por um “decréscimo na participação política estudantil, principalmente entre 1952 e 1954, período em que a apatia do movimento se viu agravada pelo surgimento do *peleguismo* universitário”. Poerner afirmou que havia lideranças reacionárias na UNE, isso se deu com a “infiltração norte-americana no movimento estudantil” e o domínio da União Democrática Nacional,²¹ que visava empreender campanha antivarguista entre os estudantes.

Sanfelice indicou que a politização da UNE existia por meio do envolvimento da entidade em debates presentes na sociedade brasileira no final da década de 1950. Para a autora, nos anos que se seguiram, a disputa pela direção da organização também foi diversificada no que diz respeito às suas orientações políticas:

No interior da UNE [...] desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, num primeiro momento, mas que gradativamente perdeu espaço para a liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e, em seguida, já no início da década de 60, para a Ação Popular (AP). Enquanto organização não-partidária, a entidade dos estudantes

17. Sanfelice 17.

18. Sônia Seganfredo, *UNE Instrumento de Subversão* (Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963).

19. Seganfredo 36.

20. Artur José Poerner, *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (São Paulo: Civilização Brasileira, 1979) 167.

21. Foi um partido político conservador e de oposição ao getulismo e a Getúlio Vargas. Foi fundado em 1945 com o objetivo de defender uma democracia liberal. Foi extinto em outubro de 1965, junto aos demais partidos políticos brasileiros, pelo Ato Institucional n.º 2.

universitários foi se tornando alvo da disputa entre adeptos de ideologias próximas, divergentes ou radicalmente contrárias, mas sem que sua atuação fosse inviabilizada.²²

No início dos anos 1960 havia muitos movimentos sociais no Brasil, e todos eles reivindicavam reformas substanciais nas estruturas políticas, econômicas e culturais do país. Dentre eles temos o Movimento de Cultura Popular, Movimento de Educação de Base e o Centro de Cultura Popular, e em meio a esses grupos também damos destaque o grande Paulo Freire, que com suas propostas de uma educação libertadora, perpassava todos os movimentos. No Paraná, segundo Schmitt,²³ o movimento de educação e cultura popular estava representado pelo Centro de Cultura Popular da UNE (CPC da UNE) que estava inserido no cenário nacional.

Em maio de 1961, após o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, a UNE publicou a Declaração da Bahia, documento no qual a entidade trouxe uma análise social e econômica sobre a realidade brasileira e da universidade no contexto do período. O documento versou sobre três temas: a realidade brasileira; a universidade no Brasil; e a reforma universitária. Após discorrer sobre o primeiro tema o documento sugeriu algumas “diretrizes fundamentais para a evolução brasileira”, seriam elas:

I – Promoção do desenvolvimento, entendido como reformulação total da estrutura socioeconômica do País, tendo como conteúdo, no setor econômico:

- a) Criação de sólida infraestrutura de indústrias básicas;
- b) Desenvolvimento do sistema de transportes;
- c) Uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento diversificado da produção agrícola;
- d) Eliminação imprescindível das disparidades regionais

II – Colocamos na base deste desenvolvimento a “promoção da classe operária”, tanto urbana, quanto rural. Para isto é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema onde a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada, que vise:

- a) A satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhe padrões de vida mais humanos;
- b) A eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo Estado oligárquico e classista;
- c) A supressão da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de um salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo;
- d) A socialização dos setores fundamentais da economia, que geram a alienação do proletário (rede bancária, indústria de base etc.).

22. Sanfelice 18.

23. Silvana Lazzarotto Schmitt, “Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964–1985)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Oeste do Paraná, 2011)

Todas essas diretrizes só serão realizadas à medida em que superemos a estrutura capitalista dominante, vencendo a opressão imperialista e criando uma estrutura social, que dê a todos possibilidades iguais de uma vida humana.²⁴

Inegavelmente o documento trazia temas e definições comuns ao marxismo, como expropriação e socialização de meios de produção, mais-valia, reforma agrária, revolução proletária e afins, além de colocar os estudantes como atuantes nestas questões por dizer necessário “fazer a Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações proletárias”,²⁵ fato que colocou a alas da direita brasileira mais radical em constante vigília dos passos da UNE.

Ainda no ano de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros e o impedimento da posse do vice-presidente, João Goulart (Jango), acusado de flertar com a ideologia comunista, pela ala ministerial militar, ocorreu um dos maiores marcos do envolvimento da UNE com a causa político-social. A entidade se posicionou contrária ao impedimento da posse de Jango e, aliou-se às posições legalistas de Leonel Brizola, então governador do estado Rio Grande do Sul. Declarou greve geral dos estudantes e transferiu sua diretoria para este estado gaúcho.²⁶ Em clima de muitas falsas informações, no contexto da renúncia do presidente Jânio Quadros, em abril de 1961, o então Coronel Ardovino, Chefe de Policiamento Ostensivo da Guanabara, invadiu a sede da UNE porque foi informado de que o Congresso Nacional teria votado o Estado de sítio.

Mesmo com a posterior posse de João Goulart na Presidência da República em regime parlamentarista, a UNE alertou à sociedade sobre a tentativa de um golpe de Estado e se manteve firme na defesa das Reformas de Base²⁷ pois “a própria Reforma Universitária passou a ser entendida como uma Reforma de Base indispensável”.²⁸

Em 1962 eclodiu uma intensa movimentação estudantil em prol da Reforma Universitária. O II Seminário de Reforma Universitária, realizado nesse ano em Curitiba, deu origem à “Carta do Paraná” que continuou os debates e análises que ocorriam desde o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, com envolvimento do CPC da UNE, envolvendo a Reforma Universitária com as demandas sociais do Brasil e reivindicando o sistema de 1/3, que exigia a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados, exigência esta que foi categoricamente negada pelas autoridades e culminou na greve do 1/3, que Sanfelice descreve:

24. Declaração da Bahia - I Seminário Nacional de Reforma Universitária, UNE, 1961: 9.

25. Declaração da Bahia 9.

26. Sanfelice 19.

27. As Reformas de Base faziam parte de uma série de propostas relacionadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do então Presidente da República, João Goulart. Em linhas gerais essas reformas propunham: reforma bancária, tributária, administrativa, universitária, eleitoral, urbana, agrária.

28. Sanfelice 23.

Os estudantes ficaram paralisados por cerca de três meses, não conseguiram o que pretendiam e [...] surgiram inúmeras acusações à UNE e ao movimento estudantil, identificados como desejosos de comunização da universidade brasileira. No fundo, era a campanha contra a Reforma Universitária pretendida pelos estudantes que se articulava, sob o sempre atraente combate ao comunismo veiculado pela direita.²⁹

Sobre esse momento, Seganfredo, descreveu a greve do 1/3:

As atitudes da UNE, no decorrer da greve, também, não deixaram dúvidas quanto às suas idéias subversivas. O Centro Popular de Cultura fez representar em várias faculdades a peça “Auto dos 99 por Cento”, peça que atenta contra o clero, contra a família e contra a sociedade, além de ser desprovida do mínimo senso estético. Os reformistas da UNE, ainda, invadiram o Ministério da Educação (hoje Palácio da Cultura) ali praticando uma série de ações que chocaram as senhoras que entravam no prédio. Os “reformistas” faziam coisas que bons meninos não fazem... E isso, publicamente, nas dependências do segundo andar, onde se acha o Gabinete do Ministro.³⁰

Seganfredo utilizou os ataques à moral no intuito de fragilizar as reivindicações estudantis e infantilizar os estudantes ao afirmar que estes foram doutrinados por extremistas de esquerda, “desejosos de submeterem o Brasil ao jugo da ditadura marxista”.³¹

No ano de 1963 a UNE continuava estreitando laços com as classes trabalhadoras rurais e urbanas, preconizadas desde a Declaração da Bahia, em 1961. Através do Centro Popular de Cultura, órgão da UNE, que “levava às favelas e subúrbios um teatro de esclarecimento, protestos e denúncia”³² e promovia campanhas de alfabetização de adultos utilizando o Sistema Paulo Freyre que, não despreziosamente, previa “acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral em 1965 e assim desequilibrar o poder da oligarquia em favor do movimento popular”.³³

Com a posse, agora em regime presidencialista de João Goulart, uma intensa movimentação social ocorria no Brasil durante 1963: de um lado, as classes proletárias reivindicavam melhorias e a efetivação das prometidas Reformas de Base, do outro, o conservadorismo e a burguesia, com apoio da ala militar e de serviços de inteligência estadunidenses, acusavam Jango de planejar um golpe de esquerda. Ambos os lados reclamavam da alta da inflação e do encaminhamento econômico do país. Sobre este cenário antecedente ao Golpe de 1964, Poerner registrou:

O anticomunismo se tornava, cada vez mais, a tática propagandística dos senhores que sentiam ameaçados os seus feudos, e se acentuava a exploração política da fé religiosa das massas humil-

29. Sanfelice 40.

30. Seganfredo 79.

31. Seganfredo 80.

32. Poerner, 182.

33. Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Goés, *O Golpe na Educação* (Rio de Janeiro: Zahar, 2002) 20.

des. Empregadas domésticas e populares esfarrapados eram levados frente às câmeras de televisão para se pronunciarem contra as “reformas comunistas”. Rosários de há muito não rezados eram empunhados pelas senhoras da sociedade no combate à desapropriação de terras.³⁴

Estes entraves culminaram, em 31 de março de 1964, com a mobilização das tropas militares em direção ao Rio de Janeiro, surpreendendo os grupos progressistas e de esquerda que não possuíam esquema tático de defesa.³⁵ No dia seguinte, com o governo federal constitucional destituído, a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada, o que assinalou como seria a relação entre o movimento estudantil e a ditadura civil-militar brasileira.

Com a militarização do Estado, os caminhos da educação brasileira foram reestruturados afim de “acabar com a subversão”³⁶ e “drenar o bolsão comunista” (Ato Institucional nº 1, 1964) que teria se infiltrado no governo e nas dependências administrativas. Segundo Cunha e Goés,³⁷ esta reestruturação se iniciou em junho de 1964 com os acordos entre o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e a USAID (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional), que “cobriram todo o espectro da educação nacional” e colocavam essa reestruturação sob responsabilidade das “gestões de três ministros da Educação (Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra)”.

Em novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy, que regulou e estabeleceu os órgãos legais de representação estudantil no Ensino Superior, que passaram a ser:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de Ensino Superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.³⁸

Cunha e Goés³⁹ e Poerner concordam que a Lei Suplicy procurou deixar livre o caminho para implementar os acordos MEC-USAID, deste modo, a Lei Suplicy passou a não reconhecer a UNE ou qualquer outro movimento estudantil independente da regulamentação federal. A lei vedava o direito à greve estudantil e instituía os órgãos responsáveis pela fiscalização oficial:

34. Poerner 186.

35. Sanfelice, 28.

36. Poerner 202.

37. Cunha e de Goés 31-32.

38. Decreto-Lei nº 228, Governo Federal (28 de fevereiro de 1967). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>

39. Decreto-Lei nº 228.

Assim, o governo militar passou a controlar todas as esferas da educação brasileira, “reitores foram demitidos, programas educacionais e sistemas educativos foram atingidos”.⁴⁰ A partir de então, como coloca Sanfelice, “não houve espaço, receptividade ou aceitação para uma UNE com as características que a entidade havia adquirido”.⁴¹ O ano de 1965 foi marcado pelo esforço da UNE na reorganização e unidade do movimento estudantil contra a Lei Suplicy, e em prol da realização do XXVII Congresso Nacional, que aconteceu mesmo sob repressão. No ano seguinte, em 1966, já sob a coerção do Ato Institucional nº 3, a UNE resistiu funcionando na ilegalidade, e convocando passeatas contra a Lei Suplicy, contra os aparatos ditatoriais e os acordos MEC-USAID que buscavam instituir anuidades nas instituições públicas de ensino. Poerner destaca que a repressão era, na verdade, parte de um plano ligado aos interesses internacionais, no trecho:

A política de repressão estudantil que sucedeu ao golpe militar deve, pois, ser entendida como parte de um vasto plano de comprometimento das resistências à desnacionalização do ensino e de preparação da opinião pública para a digestão do crime, despistando-a, ao pretender identificar com os “subversivos” a luta pela integração do ensino aos interesses nacionais. Surgem, dessa forma, os acordos federais com os Estados Unidos.⁴²

Ainda em 1966, a Declaração de Princípios da UNE, produzida durante o XXVIII Congresso Nacional da UNE em Belo Horizonte, reafirmava a posição política da instituição e seus objetivos de combate às forças ditatoriais, documento que embasou as manifestações que se seguiram, tendo seu ápice em setembro desse ano. Chamando para uma greve nacional estudantil para 22 de setembro desse, chamado pela UNE como “Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura”, diversas manifestações ocorreram em todo o território nacional, dentre eles a do Rio de Janeiro, que se transformou em palco de uma violenta repressão policial que veio a ser conhecida como o “Massacre da Praia Vermelha”.

Esse ano repleto de manifestações se encerrou com a edição do Ato Institucional nº 4 que convocou o Congresso Nacional para a criação de uma nova Constituição Federal, promulgada em 24 de janeiro de 1967. Em seguida, o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, conhecido como Lei Aragão, substituiu a Lei Suplicy, e reduziu ainda mais os órgãos de representação estudantil, extinguido também o Diretório Nacional dos Estudantes criado pela Lei nº 4.464,⁴³ e as representações de nível estadual, vide:

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

40. Cunha e de Goés 36.

41. Sanfelice 30.

42. Poerner 207.

43. Lei n.º 4464, Governo Federal, (09 de novembro de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

[...]

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

[...]

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.⁴⁴

O decreto do então Ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão, manteve a UNE na ilegalidade e dissolvia as Uniões Estaduais dos Estudantes, entre elas a UPE. Com a saída da Presidência da República do Marechal Castelo Branco (1964-1967), e a posse do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969) em março de 1967, à medida em que a vigilância do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) se acirravam, ocorreu uma radicalização dentro do movimento estudantil no que tange a estratégias e organizações.

Mesmo na clandestinidade, o XXIX Congresso da UNE, ocorreu em 1967 em Valinhos (SP), em um convento de padres. No entanto, o evento acabou sendo descoberto pelo governo federal no que resultou em uma forte ação policial, depredação do local e prisão de padres e estudantes. Neste congresso, elegeu-se para presidente da UNE Luís Travassos e foi redigida a “Carta Política da UNE” que trouxe uma análise nacional e internacional e insistiu na necessidade do movimento estudantil “aliar-se às forças operárias e camponesas, como condição fundamental na luta pela tomada do poder”.⁴⁵

No ano seguinte o movimento estudantil se radicalizou na mesma velocidade dos aparatos de repressão. Em 28 de março, o estudante Edson Luís, de 18 anos, foi morto pela polícia durante confronto no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, desencadeando uma série de manifestações nacionais em repúdio à truculência policial que culminaram, em 1º de abril de 1968, quarto aniversário do golpe, com a maior movimentação estudantil até então. Outro marco de 1968 ocorreu em 26 de junho e 4 de julho, também no Rio de Janeiro, quando mais de cem mil manifestantes foram às ruas, e populares, aliados ao movimento estudantil, bradavam contra a ditadura.

44. Decreto-Lei nº 228, Governo Federal, (28 de fevereiro de 1967). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>

45. Sanfêlice 137.

Diante de manifestações de vários setores sociais brasileiros, o ano de 1968 se encerrou com o mais duro dos Atos Institucionais, no dia 13 de dezembro foi decretado o AI-5 que revogou direitos políticos e fechou o Congresso Nacional.

A partir destas considerações é que se busca entender como se deu as ações dos movimentos estudantis no Paraná, especialmente o papel assumido pela União Paranaense dos Estudantes (UPE) neste cenário. Especialmente, como o jornal *Diário do Paraná* noticiou as ações da UPE ao longo do ano de 1968, meses que antecederam ao AI-5.

2. Política paranaense, repressão e o movimento estudantil curitibano

As maiores representações políticas do Paraná quando do Golpe de 1964 eram o governador do Estado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), Ney Braga, militar de carreira com mandato entre 1961-1965; e o prefeito da capital, Curitiba, Ivo Arzua Pereira (1962-1966) também pelo PDC.

A atuação de Ney Braga como governador do Paraná foi marcada por intensa dubiedade, segundo Heller, pois inicialmente declarou apoio à política externa do presidente Jânio Quadros, mas, após a renúncia deste, e a tentativa de impedimento da posse de seu vice, João Goulart, Ney Braga não deixou claro se apoiava a intervenção dos militares ou se apoiava a frente pela legalidade de Leonel Brizola.⁴⁶

Para Kunhavalik,⁴⁷ a UPE, junto com outros setores da sociedade paranaense, emitiu, em novembro de 1963, mensagem de apoio a Ney Braga após suas falas sobre o perigo do comunismo. Nesse sentido, Zaparte⁴⁸ destaca que em 1965 “a UPE era liderada por um grupo de estudantes de orientação política anticomunista” ao citar um ofício da UPE ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) pedindo um contingente de segurança para realizarem oficinas cujo tema era “O Imperialismo Mundial Comunista seus recursos e suas finalidades para a conquista do Mundo”. Somente após o Golpe de 1964 é que a UPE passou a ser dirigida por grupos de estudantes de esquerda que passaram a lutar pela educação pública e pela democracia.

Efetivado o golpe militar em 1964, o então governador paranaense deixou sua posição dúbia e passou a apoiar os militares, denunciando o perigo do comunismo. Ney Braga consolidou a influência do Partido Democrata Cristão (PDC) no estado e formou um bloco político que seria denominado de “neyismo”, grupo formado por aqueles que apoiavam Ney Braga, seja por parte da sociedade civil, seja pelo bloco político que o apoiava. Na verdade, o Paraná não teve uma resistência ao regime militar, por parte da política dos governadores do estado, tanto assim

46. José Pedro Kunhavalik, “Ney Braga: trajetória política e bases do poder”, *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*, (Org.) Ricardo Costa Oliveira (Curitiba: SETI, 2004) pp. 231-411.

47. Kunhavalik.

48. Andréia Zaparte, *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015).

que o sucessor de Ney Braga, Paulo Pimentel (1966–1971) identificou-se com a “linha dura” de Costa e Silva. No entanto, havia muitos grupos descontentes com o acirramento repressivo da ditadura militar.

Neste cenário a UPE tentava uma reestruturação política interna, aproximando-se mais da UNE na tentativa de fortalecer a unidade do movimento estudantil, ao passo que enfrentava o julgo da sociedade influenciada politicamente e pela imprensa vigiada e vigilante da época. Em Curitiba, a divisão do movimento estudantil também se mostrava preocupante, com as diretorias da UPE em posição moderada e os Centros Acadêmicos reivindicando de forma mais ativa, vide:

em Curitiba, com o objetivo de debater a crise estudantil, notamos, novamente a divisão do movimento estudantil curitibano e um combate entre a presidência da UPE e alguns dos Centros Acadêmicos de Curitiba, onde o então presidente da UPE, Djalma Sigwalt, criticou duas passeatas realizadas na cidade e criticou também o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), “que pretendia realizar um Congresso de minoria onde não haveria manifestação legítima e autêntica da classe universitária”. Podemos aqui afirmar que o CAHS era um dos centros acadêmicos mais ativos do Estado em relação às lutas e contestação ao regime.⁴⁹

Até determinado momento a posição moderada da UPE e seu histórico de lideranças anticomunistas, segundo Zaparte,⁵⁰ manteve a entidade em posição privilegiada com as autoridades policiais, sem representar ameaças. Mas, em março de 1968, após a morte do estudante Edson Luís pela polícia do Rio de Janeiro, é que se iniciou uma onda nacional de passeatas estudantis. A edição 3813 de o *Diário do Paraná*⁵¹ relatou como os estudantes de Curitiba se manifestaram em solidariedade ao colega assassinado:

Preliminarmente cerraram palavras de protesto contra a morte do jovem Edson Souto, para depois considerarem a realidade educacional brasileira, assumindo posição radicalmente contrária às autoridades governamentais, a elas atribuindo “irregularidades e atitudes brutais”, dizendo que “a juventude e os estudantes estarão vigilantes para denunciarem ao povo e à própria história”.

No dia 03 de abril⁵² o jornal publicou uma coluna de Theophilo de Andrade em que o escritor paranaense expressa suas opiniões sobre a movimentação estudantil após a morte do estudante Edson Luís. Theophilo disse que “os estudantes, no Brasil, estão sendo apenas instrumentos daqueles que pretenderam, há quatro anos, impor-nos uma ditadura tipo cubana, no que foram impedidos pelas Forças Armadas, com o apoio do povo”. Sua visão ilustra o temor do comunismo que estava arraigado entre a população paranaense, e, o perigo que essa ideologia de

49. Zaparte 100.

50. Zaparte 97.

51. *Diário do Paraná* (Curitiba) 31 de março de 1968: 1.

52. *Diário do Paraná* (Curitiba) 03 de abril de 1968: 2.

esquerda representava para jovens estudantes. Para muitas, a universidade precisava ser protegida desse mal que assombrava a sociedade brasileira. Na mesma toada, em 02 de julho,⁵³ temos o título de uma notícia, “Ensino e Terrorismo” em que se afirmava que o movimento estudantil era uma “massa de manobra” e que suas “raízes se encontravam fora das universidades e das escolas”. O que nos indica mais uma vez o risco da contaminação dos espaços estudantis.

Também no mesmo dia 03 de abril, numa seção denominada, “Em poucas linhas”, foram feitos elogios aos estudantes curitibanos:

Os estudantes curitibanos, que há vários dias estão em constante movimentação, não deixam de dar uma demonstração de maturidade e respeito à ordem. Embora tenham registrado profunda indignação pela repressão policial na Guanabara e a violência que culminou com a morte de estudantes, o protesto foi ordeiro, mesmo entre os mais exaltados que exigiam medidas mais drásticas.⁵⁴

No entanto, mostrando uma certa contradição ou talvez uma ameaça (cuidado estudantes paranaenses, vejam o que aconteceu em Goiás), as ponderações citadas acima estavam localizadas ao lado de uma extensa matéria intitulada: “Polícia invade Igreja e atira em estudantes”, relatando o que havia acontecido em Goiânia. Ainda na mesma edição, o jornal produziu texto relatando a decisão de não adesão à greve de alguns centros acadêmicos, vinculando no corpo da matéria uma circular do Ministro da Justiça, Gama e Silva, que alertava aos Governadores de estado sobre “agitadores políticos, [...] pessoas punidas pela revolução e comunistas notórios [...] orientando as manifestações estudantis com o objetivo de atingir às autoridades”.

No dia seguinte, edição 3816,⁵⁵ o jornal produziu matéria com a manchete: “Estudantes insistem no protesto”, relatando uma passeata em Curitiba organizada pela UPE e o DCE,⁵⁶ e novamente vinculando nota da Secretaria da Educação e Cultura afirmando que: “o movimento estudantil que convulsiona presentemente a vida nacional perde sensivelmente seu campo estrito de ação para, usurpado por elementos estranhos à classe, assumir características nítidas de agitação com propósito de subversão da ordem”, a nota também pede que os pais de estudantes secundaristas alertem seus filhos sobre “os perigos [...] (da) participação em manifestações coletivas”.

Em maio de 1968, o *Diário do Paraná*⁵⁷ publicou as falas do Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e ex-ministro da educação, Flávio Suplicy, destacamos entre elas: “os comunistas pretendem fazer sair de dentro das universi-

53. *Diário do Paraná* (Curitiba) 02 de julho de 1968: 2.

54. *Diário do Paraná* (Curitiba) 03 de abril de 1968: 3.

55. *Diário do Paraná* (Curitiba), 04 de abril de 1968: 9.

56. Diretório Central dos Estudantes.

57. *Diário do Paraná* (Curitiba) 09 de maio de 1968: 3.

dades brasileiras a revolução comunista”; “eu não faço diálogo com estudantes” e “a UNE lidera apenas os estudantes comunistas”.

Ainda em maio, o jornal tratou da ação estudantil contra o pagamento das anuidades nos cursos noturnos de Engenharia, descrevendo o fato de maneira vexatória para as autoridades que tentavam fazer a cobrança:

um grupo de estudantes – menos de dez – instalou-se em frente à tesouraria da reitoria, impedindo a entrada de qualquer estudante que se dispusesse a pagar sua primeira parcela. [...] Tão logo aparecia um estudante para pagar sua prestação, o grupo cercava-se em sua volta, dizendo-lhe que a decisão da classe era contra o “ensino pago”. Sem pestanejar, o estudante atendia ao apelo, transformando ritual em uma cena humorística.⁵⁸

No dia 12 de maio de 1968, os estudantes, liderados pelo DCE, UPE e UPES⁵⁹ tentaram impedir a realização do vestibular para os cursos com anuidade, entrando em confronto violento com a cavalaria da polícia, episódio que ficou conhecido como “Batalha do Politécnico” e resultou em “mais de 70 estudantes detidos”.⁶⁰ Ao noticiar o ocorrido, o *Diário do Paraná*, colocou como legenda de uma foto da manifestação, os dizeres: “Enquanto as coisas se complicavam no Centro Politécnico, estudantes armavam confusão no centro da cidade”. No dia 14 do mesmo mês, os estudantes ocuparam o prédio da Reitoria, derrubaram a estátua do busto do reitor Flávio Suplicy, formaram barricadas e exigiram o fim do ensino pago, tendo suas reivindicações atendidas em 20 de maio após reunião do Conselho Universitário.⁶¹

O ano se seguiu com passeatas e manifestações esporádicas, o movimento estudantil preparava-se para a realização do XXX Congresso Nacional da UNE, agora sob intensa vigilância do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tendo a UPE assumido posição mais alinhada à UNE. Uma tentativa de assembleia geral da UPE, marcada para 25 de agosto, já estava sob a mira da repressão policial que afirmava estarem “prontos para entrar em ação, se houver qualquer manifestação estudantil pública”.⁶² No dia marcado, a assembleia ocorreu em ambiente fechado e, dado seu encerramento, os estudantes se dividiram pelo centro de Curitiba em um comício relâmpago que despistou as forças policiais, o qual o jornal *Diário do Paraná* optou por relatar o seguinte:

O saldo de tudo não pôde ser calculado porque onde passavam os manifestantes, tudo era picado: as calçadas, paredes, ônibus, veículos, portas e vidros. Na rua 15 de Novembro um senhor

58. *Diário do Paraná* (Curitiba) 11 de maio de 1968: 6.

59. Zaparte 109.

60. Luiz Gabriel Silva, “A revolta dos universitários na ditadura civil-militar em Curitiba: resistências e acomodações (1968)”, *Trilhas da História* 11.22 (2022): 78.

61. *Diário do Paraná* (Curitiba) 21 de maio de 1968: 9.

62. *Diário do Paraná* (Curitiba) 24 de agosto de 1968: 7.

dirigindo um Galaxie branco quis protestar. Mas foi inútil porque um grupo munido de pistola “spray” escreveu, em vermelho: “Viva a UNE”. O senhor, amedrontado, teve que fugir.⁶³

Em matéria de 01 de setembro, relatando a prisão do contrabandista e assaltante de bancos, Pedro Ramírez Pacheco, em Curitiba, o jornal divulgou que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), desconfiava da ligação deste e outros criminosos com o financiamento do movimento estudantil.⁶⁴ Novamente este departamento de controle declarava estar vigiando constantemente o movimento estudantil, afirmando “deter qualquer universitário que se manifestar em assunto fora da alçada escolar e que não diga respeito ao seu currículo”.⁶⁵ Ainda pela incerteza de quando e onde se realizaria o XXX Congresso da UNE, a imprensa fazia cobertura quase diária de cada passo da UPE, publicando matérias referentes ao tema nos dias 07, 12 e 13 de setembro.

A notícia publica em 19 de setembro de 1968, uma extensa matéria que ocupou quase a totalidade da página 5, tinha como título: “Estudantes querem acabar com o regime” trazendo os apontamentos do coronel Raul Lopez Munhoz para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava as movimentações estudantis na Universidade de Brasília, neste relatório o coronel disse existir uma ligação do movimento estudantil brasileiro com organizações comunistas internacionais que visavam a derrubada de regimes em toda a América Latina.

O que se percebe é que a repressão por parte das altas cúpulas do regime militar está se tornando mais intensa, pois transparece nas notícias veiculadas o grande temor de uma onda comunista que estava se infiltrando e se fortalecendo no Brasil, especialmente entre os estudantes, mas também nas classes artísticas e entre a intelectualidade. Era preciso logo frear as fontes de contaminação.

Não foi por acaso que quando o XXX Congresso da UNE veio finalmente a ocorrer no dia 12 de outubro em Ibiúna-SP, denunciados por moradores da região, os estudantes foram cercados pela polícia e cerca de 1200 foram presos, tendo o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, manifestado que “agiu para reprimir a agitação e a subversão a favor da democracia”.⁶⁶ No dia 14 de outubro os estudantes fizeram passeata em Curitiba exigindo a soltura dos presos no Congresso e, embora o jornal tenha afirmado que tudo ocorreu “sem repressão”, também escreveu que “três estudantes universitários foram presos”.⁶⁷ No dia 20 de outubro⁶⁸ o jornal publicou matéria em primeira página com o título: “Estudante saiu e violência veio”, relatando o confronto entre cerca de 1500 estudantes e mais de 500 policiais armados e cavalaria, neste texto o Governador Paulo Pimentel

63. *Diário do Paraná* (Curitiba) 25 de agosto de 1968: 10.

64. *Diário do Paraná* (Curitiba) 01 de setembro de 1968: 20.

65. *Diário do Paraná* (Curitiba) 04 de setembro de 1968: 7.

66. *Diário do Paraná* (Curitiba) 13 de outubro de 1968: 5.

67. *Diário do Paraná* (Curitiba) 15 de outubro de 1968: 9.

68. *Diário do Paraná* (Curitiba) 20 de outubro de 1968: 1.

afirmou: “não eram estudantes, eram agitadores infiltrados junto aos jovens para incitá-los contra a ordem pública”.

Reforçando a ideia de que o Paraná era uma região politicamente calma e alinhada ao regime militar, é que temos, na seção Polinotas,⁶⁹ em 22 de outubro, a fala de um deputado federal arenista defendendo que “o Paraná sempre foi defendido na Câmara Federal como exemplo de tranquilidade” e que é preciso “cuidados especiais” com o movimento estudantil por serem manipulados por “grupos radicais, ligados a ideologias estranhas à nossa formação democrática”. Era, portanto, agir com rigor para que essa situação não fosse afetada e a tranquilidade fosse perdida.

Provavelmente para garantir a situação sob controle é que em outubro o Corpo de Operações Especiais (COE) apresentou no jornal uma nova arma de repressão contra manifestantes, colocando os estudantes como alvo principal deste novo armamento, em tom de intimidação alerta:

Se você é um estudante do tipo daqueles que fazem a sua sabatina na base da passeata e como comemoração canta a música de Vandrê, picha muros, paredes e carros particulares, tome cuidado: o COE está de posse de um novo tipo de bomba, especial para controle de tumulto, muito mais eficiente que a de gás lacrimogênio. Seu nome: Gás Vesicante. Seu efeito: provocar, de imediato, as mais diversas reações fisiológicas (vômitos, diarreia e não contenção de urina).⁷⁰

No início de novembro, em uma estreita coluna da seção “Nossa Opinião”,⁷¹ afirmava-se que os estudantes brasileiros recebiam ordens de lideranças comunistas internacionais, que eram “instrumentos de Fidel Castro, de Mao Tse Tung ou de Moscou”.

Com o endurecimento das medidas repressivas, as prisões constantes e as censuras, “a relativa liberdade de protesto estudantil estava com seus dias contados”.⁷² Sufocando a esperança estudantil, em 13 de dezembro de 1968, entrou em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI-5), chamado pelo *Diário do Paraná* de “a Revolução em sua nova etapa”,⁷³ revogando direitos civis e políticos e vedando o pedido de *Habeas Corpus*, tornou-se muito arriscado continuar atuante dentro do movimento estudantil, sob qualquer que fosse a entidade de representação. A perseguição aos movimentos sociais entendidos como “comunistas” se acirrava e a relação da UNE com esses grupos era direta.

Um ano antes do Ato Institucional nº 5, em 29 de novembro de 1967, o jornal já havia publicado matéria intitulada: “A Prova da Subversão: Como agia o PC no Paraná”,⁷⁴ em que descreveu algumas supostas ações do Partido Comunista (PC) e

69. *Diário do Paraná* (Curitiba) 22 de outubro de 1968: 3.

70. *Diário do Paraná* (Curitiba) 25 de outubro de 1968: 12.

71. *Diário do Paraná* (Curitiba) 03 de novembro de 1968: 2.

72. Silva 79.

73. *Diário do Paraná* (Curitiba) 14 de dezembro de 1968: 1.

74. *Diário do Paraná* (Curitiba) 29 de novembro de 1967: 6.

a apreensão de material “subversivo” no Paraná, um dos subtítulos da matéria era: “PCB explora estudantes”, afirmando que “o meio estudantil foi o primeiro alvo do trabalho de infiltração e agitação ostensiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após 31 de março de 1964”, e ao final declarou que os temas discutidos nos congressos estudantis “nada tem a ver com os interesses estudantis imediatos, são apenas motivos de agitação e desordem”. Nesta matéria fica claro o discurso anticomunista.

O próprio Assis Chateaubriand havia escrito uma coluna de opinião, publicada em 24 de janeiro de 1968, expressando sua visão quanto a “Revolução” de 1964 e os caminhos que o país deveria seguir, expressando-se contra o direito de voto de pessoas analfabetas e questionando a forma de governar, que julgava ser muito branda sob Castelo Branco:

Tenho insistido que a Revolução foi atirada pela janela, porque o líder escolhido apenas consentiu em expulsar alguns bêbados, corruptos e subversivos da vida política, para continuar com os demais, na forma inglesa, *business as usual*. [...] O novo regime, extraído daquele Congresso em fim de mandato, é a mesma democracia imperfeita, e que mais imperfeita se tornaria se se adotasse o voto dos analfabetos, como queria o marechal [...] A luta pelas reformas tem de se processar, portanto, dentro do partido adotado pela revolução, mas sob a fiscalização inicial dos que a fizeram, de armas nas mãos.⁷⁵

Considerações finais

O movimento estudantil brasileiro se organizou politicamente em meio aos grandes conflitos socioeconômicos da política nacional: na Era Vargas (1930-1945) com o combate ao nazifascismo e no segundo governo Vargas (1951-1954), a campanha “O Petróleo é nosso”; na campanha pela legalidade da posse de João Goulart; e contra a ditadura, a censura e o desmonte educacional após o Golpe de 1964. A organização estudantil passou a ser considerada uma ameaça aos dominantes sempre que se aproximava da classe operária e rural, e quando se coloca como movimento social, trazendo bases teóricas às reivindicações proletárias e sindicais. Esta sensação ameaçadora denuncia o medo das elites frente à mobilização das minorias no cenário global de Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Revolução Cubana etc. Como meio de frear estas mobilizações, o Estado militarista utilizava da vigilância, da violência, dos Atos Institucionais e da imprensa para criar a imagem do estudante como agitador.

No Paraná, a construção política que gravitava em torno de apoios ao então governador Ney Braga, o “neyismo”, favoreceu uma posição mais conciliadora e estratégica com o governo nacional, possibilitando uma boa participação do Estado na alta cúpula, garantindo ministérios e cargos de chefia. O comando da

75. *Diário do Paraná* (Curitiba) 24 de janeiro de 1968: 2.

capital, Curitiba, também esteve sempre alinhado às diretrizes da ditadura militar, prezando ao máximo a reputação de cidade ordeira, tranquila e exemplar do regime. Estes encaminhamentos refletiram na organização estudantil em Curitiba, que teve um processo de politização esquerdista posterior à UNE, com entidades de representação mais diversas, sem uma centralidade na UPE.

Importante ressaltar que entre as resistências paranaenses, frente à escalada repressiva engendrada pelos governos militares, especialmente às vésperas da implantação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), estavam os movimentos estudantis, especialmente representados regionalmente pela UPE. A aproximação entre o Centro de Cultura Popular (CPC) e a UNE, propiciaram a vinda de artistas, que valendo-se das técnicas teatrais do tipo títeres, que utilizava bonecos em suas apresentações, e faziam, por meio de suas falas, críticas e esclarecimentos sobre o contexto político e social que se tornava cada vez mais autoritário.⁷⁶

Quando Curitiba sediou o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em 1962, ao final do evento, ao produzirem a Carta do Paraná, ficou evidenciado que os estudantes criticavam as influências do imperialismo nos rumos da política nacional. Em defesa do ensino público e gratuito, reivindicavam também uma maior participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das universidades.⁷⁷

Com a implantação da ditadura militar em 1964, como já vimos ao longo do artigo, os movimentos estudantis passaram a ser reprimidos com muito mais força. A partir da Lei Suplicy, em 1965, a UPE passou a apoiar o regime militar e perseguir os estudantes tidos como esquerdistas. No entanto, havia outros grupos de jovens oriundos de Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, que se opunham aos ditames da ditadura militar no estado e que tentaram, inclusive, de acordo com Campos e Souza,⁷⁸ tomar as rédeas da UPE, mas sem sucesso. Até que em 1967, o estudante Stenio Sales Jacob, tido como de tendências comunistas, torna-se líder da UPE e o faz da entidade um alvo maior da repressão policial.

Era diante desse quadro contraditório em que se encontravam setores do movimento estudantil que apoiavam o regime militar e de outro, grupos que a ele se opunham é que se faz a representação estratégica do estudante, exemplificada no *Diário do Paraná*, que tem por objetivação a construção iconográfica de um estudante infantilizado, manipulado por partidos e organizações comunistas, que era mal preparado e sofria com as infiltrações de comunistas. Frequentemente os textos trouxeram a ideia do bom e do mau estudante: bom aquele que reivindica apenas questões relacionadas ao ambiente acadêmico; mau aquele que adentrava em pautas políticas. Utilizando de linguagem vexatória, muitas vezes reduziu as ações estudantis a vandalismos, depredações de propriedades privadas e interrup-

76. Schmitt 27.

77. Nevio de Campos e Eliézer Feliz de Souza, "Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná", *Projeto História*, 63 (2018): 205-239.

78. Campos e Souza 213.

ções da paz pública. Concomitantemente representava as forças policiais e políticas como moderadas, que apenas revidavam a ação estudantil e mantinha a ordem.

Fontes

Impressas

Diário do Paraná (Curitiba): 1967-1968.

Internet

Decreto-Lei nº 228, Governo Federal, (28 de fevereiro de 1967). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Lei n.º 4464, Governo Federal, (09 de novembro de 1964). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>.

Bibliografia

- Barros, José D'Assunção, *O jornal como fonte histórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.
- Chammas, Eduardo, "A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: os editoriais do jornal do Brasil e do correio da manhã" Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2012.
- Chartier, Roger, "O Mundo como Representação", *Estudos Avançados* 5.11 (1991): 173-191.
- Cunha, Luiz Antônio e Moacyr de Goés, *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Huerta, José, "Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia", *História da Educação* 22.54 (2018): 47-70.
- Krilow, Letícia, "Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre "o político" na "grande imprensa carioca" de 1955 a 1960", *Oficina do Historiador* 12.01 (2019): 1-21.
- Kunhavalik, José Pedro, "Ney Braga: trajetória política e bases do poder", *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*, org., Ricardo Costa Oliveira (Curitiba: SETI, 2004).
- Lazzarotto Schimitt, Silvana, "Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985)". Dissertação de Mestrado, Cascavel, 2011.
- Moscovici, Serge, *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

- Poerner, Artur José, *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- Sanfelice, José Luís, *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1986.
- Seganfredo, Sônia, *UNE Instrumento de Subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.
- Setemy, Adriana, “Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar”, *Topoi* 19.37 (2018): 171-197.
- Silva, Luiz Gabriel, “A revolta dos universitários na ditadura civil-militar em Curitiba: resistências e acomodações (1968)”, *Trilhas da História* 11.22 (2022): 69-87.
- Sodré, Muniz, *A Comunicação do Grotesco: Um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Zaparte, Andréia, *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015.